

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

*Theotonio dos Santos**

A conjuntura econômica mundial

A década de 80 representou um momento crucial para a evolução da economia mundial. Ela foi marcada por três fases distintas.

A primeira fase vai de 1979 a 1982. Durante esses quatro anos, a crise econômica de longo prazo, iniciada em 1967 e marcada por sucessivas recessões (em 1968-69 e em 1973-75), chegou a seu ponto mais agudo. Iniciou-se a tão desejada desinflação, e abateu-se finalmente (através da depressão econômica de 1979 a 1982) o auge inflacionário que, no início da década de 70, aliara inflação e recessão, recebendo o nome de estagflação (inflação com estagnação).

A segunda fase vai de 1983 a 1987. Houve uma recuperação econômica criada a partir do aumento da demanda norte-americana, baseada na ampliação do déficit fiscal. O crescimento da demanda norte-americana recuperou as economias japonesa e européia, que passaram a exportar seus produtos industriais numa escala extraordinária para os Estados Unidos, gerando enormes déficits cambiais para esse país, o que resultava em superávits comerciais que foram convertidos em dólares nas mãos do Japão e da Alemanha. A escassez de dinheiro, surgida no final do período de 1973 a 1979, em consequência da enorme exportação de empréstimos ao Terceiro Mundo, já iniciara uma elevação da taxa de juros no fim da década. Entre 1982 e 1988, essas taxas foram mantidas elevadas para financiar o déficit público norte-americano, que reabsorvia, assim, os dólares em posse do Japão e da Alemanha. Os Estados Unidos obtinham, desse modo, uma situação aparentemente milagrosa. Conseguiram aumentar seu mercado interno e sua renda nacional através de um crescente e violento déficit fiscal, sem gerar inflação. Isto porque o déficit deslocava esse problema para as economias exportadoras do Japão, da Alemanha e de outros países (novas economias industriais). Ao mesmo tempo, conservava o poder do dólar, ao cobrir os seus déficits comercial e fiscal com a entrada maciça de dinheiro para comprar os títulos de sua dívida pública, que pagavam altos juros. Mas, para os países devedores do Terceiro Mundo, o efeito dessa política foi arrasador. O aumento das taxas de juros comandado pelos Estados Unidos elevou, em algumas ocasiões, de três a quatro vezes o volume de recursos que deveriam pagar a título de juros de suas dívidas internacionais (contraídas num momento de juros baixos, mas com taxas de juros flutuantes). Impos-

* Economista e Professor visitante da Universidade Federal Fluminense.

sibilitados de realizar esses pagamentos, tomaram novos empréstimos para pagar seus juros, criando uma bola de neve de extração dos recursos financeiros do Terceiro Mundo. A partir de 1983, os países credores recusaram-se a fazer novos empréstimos e exigiram o pagamento dos juros da dívida externa. O mecanismo desse pagamento foi a formação de enormes superávits comerciais, que se convertiam em pagamento do serviço da dívida externa desses países. Para gerar esses superávits comerciais, fazia-se necessário comprimir drasticamente a demanda dos países devedores, o que foi obtido através de "políticas de ajustes", que os conduziram a um empobrecimento ainda mais grave que suas condições normais de miséria.

Dessa forma, o período de recuperação da economia mundial foi marcado por violentos desequilíbrios, que poderiam ser resumidos nos seguintes:

- aumento descontrolado do déficit público norte-americano;
- elevação do déficit comercial norte-americano;
- debilitação do dólar a longo prazo, mas seu fortalecimento artificial a curto prazo;
- aumento dos superávits financeiros do Japão e da Alemanha;
- valorização do iene e do marco a médio e longo prazos;
- inversão japonesa e alemã nos títulos da dívida pública norte-americana a partir do pagamento de juros elevados; o nível das taxas de juros colocaram-se acima de qualquer possibilidade de investimento industrial e comercial cujas taxas de lucro fossem inferiores às taxas de juros;
- falsa valorização do dólar, diminuição ainda maior da competitividade dos Estados Unidos e aumento do seu déficit comercial;
- crescimento das remessas aos centros bancários de juros e serviços da dívida externa do Terceiro Mundo, que se tornou possível através do aumento dos superávits comerciais e das políticas de ajustes que levaram à sua estagnação econômica e ao aumento das desigualdades sociais, da miséria e da marginalização social;
- enorme especulação financeira a partir de taxas artificiais de juros, criação de papéis públicos e privados, valorização de novas moedas colocadas na ponta do desequilíbrio mundial (iene, marco alemão), valorização artificial dos ativos das empresas, deslocamento de seus recursos para o setor financeiro para aproveitar as suas altas rendas;
- a capitalização de empresas privadas através do mercado de ações e do aumento do investimento estatal (que se realiza através do déficit público) dirigiu-se aos campos de alta tecnologia (particularmente no setor militar, estimulado pelo SDI ou Guerra nas Estrelas), que tendem a um aumento importante de inovações, juntamente com a retomada dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, abandonados no período de 1967-79;
- por fim, criação de um grande otimismo ideológico pró-capitalista, expresso em doutrinas tais como o *supply side*, com a exacerbação do neoliberalismo em todas as suas manifestações.

A terceira fase começa a esboçar-se a partir de outubro de 1987, com o violento *crash* das bolsas de ações e do mercado financeiro internacional, que fez desaparecer num só dia cerca de US\$ 1 trilhão da economia mundial. Iniciou-se, então, um novo período de vacilações e perplexidades. Estava-se entrando, desde aquele momento, em uma nova fase de desinflação, que foi retardada pelo medo dos governos conservadores de uma nova fase depressiva na economia mundial. Dessa forma, continuou-se a resistir ao ajuste de contas com o mercado e buscou-se evitar a qualquer custo a recessão que ocorreu inevitavelmente em 1990 — com menos ímpeto transformador, mas com uma maior duração.

Essa recusa em aceitar o ajuste de contas recessivas levou a enormes aventuras econômicas, políticas e militares. A maior delas foi a criação da expectativa de que o mundo capitalista poderia apoiar uma reformulação econômica da Europa Oriental e da União Soviética, que precipitou sua transformação política e a ascensão de uma corrente neoliberal ao poder nesses países, levando-os a um desastre econômico extremamente grave. A segunda aventura foi a Guerra do Golfo, que revelou as dificuldades norte-americanas no sentido de conduzir uma guerra de alta tecnologia, seu custo extremamente elevado (coberto pelos "petrodólares" da Arábia Saudita e do Kuwait e pelos excedentes financeiros do Japão e da Alemanha) e suas limitações geopolíticas, ao serem obrigados a manter o exército iraquiano (elemento fundamental para o equilíbrio geopolítico do Oriente Médio frente aos exércitos do Irã e de Israel). Mostra-se, assim, que o poder arrasador da alta tecnologia militar não pode ser usado em sua totalidade, pois seu resultado final seria o aniquilamento total do adversário que se quer dominar e explorar.

Dessa forma, depois da euforia ideológica, financeira e militar mantida artificialmente entre 1987 e 1990, chega-se à realidade da recessão de 1990 até os nossos dias. Esse período atual está marcado por fortes desvalorizações dos excedentes financeiros gerados na fase anterior, que se expressam nos seguintes aspectos:

- desvalorização das cotações das ações e dos mercados financeiros, queda da taxa de juros com tentativas inúteis, a longo prazo, de sustentá-las em patamares elevados;
- desvalorização do dólar, sustentado artificialmente durante um longo período através das compras dessa moeda pelos países possuidores de excedentes da mesma (Japão e Alemanha em particular). Na verdade, iniciou-se em 1991 uma recusa do dólar, o qual vem forçando sua desvalorização para alcançar os níveis de outubro de 1987;
- desvalorização da dívida norte-americana através da desvalorização do dólar e da dívida do Terceiro Mundo, pela constatação da impossibilidade de pagá-la. Seu valor no mercado paralelo alcança cifras baixíssimas no presente momento. O reconhecimento dessa desvalorização iniciou-se com o Plano Brady e continua no nível técnico com os novos mecanismos de pagamento chamados "menu" da dívida externa;
- recessão da economia norte-americana sob o impacto da diminuição dos déficits fiscais, queda da taxa de juros, desvalorização do dólar, compensadas só em parte pelo moderado aumento das exportações, mas, sobretudo, por uma queda das importações — que exportou a depressão para o resto do Mundo, em especial para o Japão, que começou sua recessão em 1992.

Nesse clima de desvalorizações do mercado financeiro, aumenta a necessidade de autofinanciamento das empresas e, portanto, da formação de excedentes financeiros e grande liquidez das empresas, que leva às compras de empresas, às fusões e a outros movimentos. A desvalorização dos ativos e a baixa da taxa de juros conduzirão, a médio prazo, ao fortalecimento das inversões produtivas que estiverem estagnadas devido aos movimentos especulativos do período anterior. Dessa forma, mesmo que venham a ocorrer quedas nas inversões em pesquisa e desenvolvimento pela falta de recursos fiscais nesse novo período depressivo, deverá aumentar a taxa de inovações e a produtividade média dos setores produtivos.

A atual depressão deverá, portanto, preparar a economia mundial para uma nova fase de auge econômico de longo prazo, possivelmente uma fase b do ciclo de

Kondratiev, de cerca de 25 anos. Nessa nova época, dever-se-ão incorporar ao sistema produtivo as novas tecnologias preparadas nesses anos de depressão, através da quebra e desarticulação do sistema industrial anterior — o que permitirá a incorporação das novas tecnologias em bases economicamente viáveis.

Qualquer estudo da atual conjuntura da economia mundial deverá, pois, separar com muita precisão os seguintes elementos:

- de um lado, as tendências depressivas da atual conjuntura, com sua capacidade de liquidar as situações arcaicas e superadas de condicionamento e administração dos mercados locais, nacionais e mundial; com seus efeitos dramáticos a níveis nacional e regional (guerras interétnicas, autonomias locais, etc.); e com possíveis rompimentos dentro do sistema capitalista internacional;
- de outro lado, as tendências (já presentes na atual conjuntura) de emergência de um novo sistema econômico mundial, que incorporará o impressionante desenvolvimento da ciência e da tecnologia ao sistema produtivo e que levará a enormes mudanças das relações sócio-políticas a níveis local, nacional e mundial.

Apesar de ausente nessa primeira aproximação da crise que esboçamos, deverá ser realizado um esforço de compreensão do papel das economias socialistas em ambos os processos anteriores. A *débâcle* das economias socialistas prisioneiras de um planejamento fechado no marco nacionalista não pode ser considerada definitiva. Ao contrário, a incorporação da URSS e da Europa Oriental no sistema capitalista mundial levará a um novo estágio de socialização dessas economias e obrigará a novas reordenações da própria economia mundial num sentido socializante. A integração da China, da Coreia do Norte, da antiga Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) nas economias asiática e mundial terá também efeitos múltiplos e variados no sentido de um maior planejamento da economia mundial. O agravamento da questão do desemprego, da marginalização e da miséria, ao lado da gravidade crescente do impacto ambiental do desenvolvimento de uma economia mundial cada vez mais integrada obrigará inevitavelmente uma maior intervenção econômica mundial. Ninguém acredita que o mercado será capaz de ajustar desequilíbrios tão brutais, tal como se pôde observar claramente na UNCED (Rio-92).

Assim, também não se pode descartar o papel dos países dependentes do Terceiro Mundo (apesar de suas diversidades regionais e nacionais) no movimento global pela criação de uma economia mundial que combinará as três formações sócio-econômicas contemporâneas (capitalismo dominante e dependente e socialismo) num movimento global, cada vez mais interdependente, desligado de seus elementos parciais e, portanto, cada vez mais determinante das partes que o formam.

Revolução tecno-científica (RCT): variável fundamental da economia mundial

Para entender as tendências atuais da economia mundial, é necessário definir com precisão a natureza das mudanças que vêm ocorrendo na estrutura das forças produtivas.

Muitos autores têm posto a ênfase analítica em aspectos particulares dessas transformações, que são erigidos sobre explicações de fenômenos globais e extremamente com-

plexos. Chega-se, assim, a resultados negativos quanto à descrição e à previsão da evolução dessas formações sociais e de sua interação numa economia mundial.

Uma linha de análise acentua as mudanças no padrão de industrialização elegeo-dos determinados setores econômicos e até mesmo alguns ramos da produção como determinantes das atuais mudanças sócio-econômicas e até políticas. Sem negar a importância desses padrões de industrialização ou "revoluções industriais" para explicar o comportamento de variáveis importantes, trata-se de uma visão parcial da evolução das forças produtivas. Esta se materializa em diferentes formas de articulação entre os vários ramos industriais existentes e os novos ramos que surgem através da evolução global do conhecimento humano, que é determinado por relações sócio-econômicas mais complexas.

Outra linha de interpretação destaca a criação de uma sociedade pós-industrial com a superação da indústria por um novo estágio de desenvolvimento dos serviços, particularmente aqueles ligados à informação. Outra vez está-se diante de tentativas de erigir fenômenos parciais (embora de grandes dimensões e impacto histórico) sobre elementos explicativos de processos globais, que não podem se reduzir à ação de setores econômicos específicos.

Por fim, encontra-se a tendência de destacar fenômenos culturais também específicos (como a aldeia global, a pós-modernidade, entre outros) para explicar o conjunto de mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo. Produz-se, em conseqüência, uma redução da dinâmica global das forças produtivas e das relações de produção nas formações sociais contemporâneas a aspectos parciais, que são manifestações das mudanças globais e não sua explicação.

No nosso entender, a natureza das mudanças que vêm ocorrendo na fase atual do desenvolvimento das civilizações e culturas contemporâneas na direção de uma civilização planetária deve ser definida a partir do papel novo e radicalmente distinto que o conhecimento científico ocupa na organização das atividades produtivas. O conceito de revolução tecno-científica tenta articular essas mudanças numa visão integrada.

Tem-se que considerar como determinante da evolução das forças produtivas contemporâneas o fato de que a ciência (ou o conhecimento cientificamente organizado e sistemático da natureza) deixou de cumprir um papel auxiliar (apesar de crescente) na produção, tal como vinha fazendo desde a revolução copernicana. Pode-se afirmar que, a partir da Segunda Guerra Mundial, surgem ramos de produção totalmente dependentes do conhecimento científico. Ramos de produção, tecnologias e atividades produtivas que são campos aplicados do conhecimento científico e não utilizações parciais desse conhecimento. A energia nuclear, a aviação ultra-sonora, a petroquímica, a informática e a eletrônica são campos aplicados do conhecimento científico. A nova onda de alta tecnologia, iniciada na década de 70 e composta dos novos materiais, da biotecnologia e da engenharia genética, da fusão nuclear, da supercondutividade, dos *lasers*, da tecnologia espacial é ainda mais intensa e umbilicalmente ligada à evolução e à pronta aplicação do conhecimento científico.

A conseqüência mais imediata dessa mudança radical no desenvolvimento das forças produtivas foi o surgimento e a expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento no interior das empresas. Depois da Segunda Guerra Mundial, não há empresa competitiva que não possua seu próprio centro de pesquisa e desenvolvimento.

Esse impulso tão importante do conhecimento científico e sua associação à produção tiveram conseqüências também no aparecimento de uma nova atividade econômica, ligada à

formação e à preparação não somente desses quadros científicos nas universidades e centros de pesquisas, mas também dos profissionais associados à utilização dos resultados desses conhecimentos. A explosão da educação universitária no Pós-Guerra foi uma consequência dessas mudanças, e com elas houve uma forte expansão dos serviços associados à educação, à saúde e à habitação dessas novas massas de trabalhadores urbanos.

A atividade produtiva passou a ser cada vez mais um momento determinado de um amplo processo social de pesquisa e desenvolvimento, invenção e inovação, planejamento macro e microeconômico, publicidade e mercados. O processo de produção, a organização do trabalho e a da força de trabalho passaram a exigir amplos processos de gestão das relações sociais, da educação, do treinamento, da saúde, da habitação, do lazer, da comunicação social global e específica. Em todos esses setores, a forma científica do conhecimento passou a ocupar um papel central e articulador do conjunto da vida econômica, social, política e cultural.

Pode-se falar, em consequência, de uma nova etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas, cuja natureza se caracteriza por uma revolução tecno-científica. Essa revolução, cujas características globais já apontamos, tem uma evolução interna muito intensa. Suas leis essenciais estão fundadas nos seguintes movimentos:

- a substituição do trabalho diretamente produtivo e da divisão natural do trabalho pelas máquinas, o sistema de máquinas, as usinas, os complexos industriais e os sistemas de produção cada vez mais complexos que interligam outros sistemas relativamente autônomos. Essa lei de evolução se manifesta, da revolução industrial aos nossos dias, pela **automatização** do trabalho baseada na mecanização e na administração "científica", que substituiu o trabalho direto pelas máquinas e que o submete a sua dinâmica e funcionamento. Na fase da revolução tecno-científica, ela se manifesta através da automação, baseada na informatização (que substitui o trabalho humano na direção e orientação da produção), na gestão sistêmica do processo produtivo global e na introdução dos robôs na produção. Essas mudanças têm sido analisadas por alguns autores como a passagem do "fordismo" ao "toyotismo";
- a concentração e a centralização da produção, que caracterizam a revolução industrial, tendem a assumir formas mais globais e planetárias, dando origem a complexos produtivos de caráter internacional, transnacional, planetário e, inclusive, espacial (com o surgimento da produção nas estações orbitais e possivelmente em outros planetas) e oceânico (com o surgimento de produção submarina). Essas mudanças, por outro lado, levam ao sistema de **redes**, que articulam flexivelmente um conjunto de empresas interligadas entre si sem um sistema hierárquico estabelecido. Nesse período, desenvolvem-se várias formas de associação de empresas, formas de subcontratação e fusões de empresas, e começa-se a falar de uma nova forma de empresa global;
- o aparecimento e o crescimento de um tempo de trabalho excedente, não diretamente produtivo, e do tempo livre na sociedade permitem o maior desenvolvimento da educação, a formação de novos quadros científicos e a introdução de mudanças freqüentes na base das forças produtivas. Passa-se, assim, de uma produção extensiva, baseada na expansão das forças produtivas existentes, para uma produção intensiva, baseada na administração da mudança permanente dessa base produtiva, através da pesquisa e desenvolvimento, da invenção, da inovação e da difusão. A revolução constante das forças produtivas substitui a reprodução e a acumulação como objetivos centrais da produção;
- a submissão da produção ao conhecimento científico leva também ao predomínio da ciência pura ou básica sobre a ciência aplicada. Assim, como a produção

passa a depender da tecnologia e esta da ciência aplicada, esta última passa a depender diretamente da evolução global do conhecimento científico puro ou básico ou, ainda, fundamental. Em conseqüência, a sociedade tem que destinar recursos crescentes à evolução da ciência pura, e desenvolve-se um ramo de produção do próprio conhecimento (laboratórios, instrumentos de precisão, telecomunicação, informática, aceleradores de partículas, etc.);

- o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi o começo de uma produção sob direção científica, com o surgimento dos novos ramos derivados diretamente da aplicação dos conhecimentos revolucionários acumulados desde o princípio do século: a energia nuclear, a eletrônica, a aviação supersônica e o começo da era espacial. Na década de 70 e particularmente na de 80, assiste-se ao surgimento de uma nova revolução industrial sob o comando da ciência — a informática, à base da microcomputação; sua aplicação na robótica e na telemática abre um novo campo da tecnologia da informação. Os novos materiais, incluindo a supercondutividade, a biotecnologia e a engenharia genética, formam um novo padrão tecnológico que tende a generalizar-se a todo o sistema produtivo. As possibilidades abertas pela tecnologia espacial, a fusão nuclear e a exploração dos oceanos formam novas realidades que terão seus efeitos no século XXI;
- a automação, a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação do tempo excedente ou livre, a formação de uma economia mundial de caráter planetário, o surgimento de um desenvolvimento intensivo e a predominância das atividades científicas puras para assegurar o desenvolvimento revolucionam a estrutura do emprego na direção de uma diminuição dos produtores diretos agrícolas e industriais; levam, ainda, à ampliação do número de trabalhadores de serviço, particularmente aqueles ligados à produção, a armazenamento e difusão da informação e ao lazer. Os gastos em pesquisa e desenvolvimento, educação, saúde, habitação e alimentação e serviços sociais somam-se, assim, ao imenso campo dos serviços de informação e lazer, para dar origem a uma sociedade de serviços;
- nessa sociedade operam enormes forças no sentido de diminuir a jornada de trabalho (solução progressista) ou de diminuir o número de trabalhadores, gerando desemprego no setor produtivo, que se recicla insuficientemente para os novos setores de serviço (solução retardatária). A diminuição da jornada de trabalho média, a ampliação das férias, o aumento do número de aposentados e a extensão do período escolar (educação básica e secundária universal, educação superior básica, pós-graduação, formação pós-doutoral, treinamento e reciclagem generalizados, educação permanente) e das atividades de lazer (turismo, esportes, espetáculos, musicais de massa, televisão, etc.) geram uma enorme população dedicada a tarefas não diretamente produtivas. Aumentam, em conseqüência, as necessidades espirituais do homem contemporâneo e o papel da subjetividade na dinâmica social — o indivíduo aumenta suas demandas específicas, impondo, cada vez mais, o conjunto da vida social como seu objetivo final. A produção sofisticada e busca uma diversificação crescente para atender a essa subjetividade e individualidade que tendem a substituir a sociedade de massa gerada pela revolução industrial;
- essa nova divisão do trabalho que se configura nos países que se encontram na ponta do sistema produtivo mundial tende a se estender ao plano internacional. Os países mais desenvolvidos, que ocupam uma posição

dominante dentro da economia mundial, inclinam-se a dedicar-se fundamentalmente às atividades novas, geradas pela revolução tecno-científica, e a transferir (em geral, sob o controle de seu capital, mas surgem também os sistemas de subcontratação que repassam essas tarefas para empresas locais) para os países de desenvolvimento médio (particularmente os chamados New Industrial Countries ou NICs) a produção de peças e acessórios e outras partes do complexo produtivo global que ainda exigem mão-de-obra barata, mas quase sempre com um certo grau de habilidade manual. O aumento da preocupação ambiental nos países dominantes tende também ao deslocamento das indústrias de maior índice de poluição para os NICs.

Os países de menor desenvolvimento propendem a se isolar e a se marginalizar desse sistema, sofrendo, inclusive, o *dumping* de uma produção agrícola e industrial com alta densidade tecnológica, com a qual não podem competir. Na medida em que forem se incorporando as novas tecnologias nos países centrais e expandindo-se para uma semiperiferia em formação as atividades industriais tradicionais e até algumas de desenvolvimento recente, deve-se retomar um novo auge da economia mundial, de caráter desigual e combinado, no qual se acentuarão as distâncias econômicas e culturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a dependência, as desigualdades e, sobretudo, a marginalização de enormes massas humanas do sistema de produção e de consumo.

O processo de globalização da economia mundial

A formação da economia mundial deu-se num lento processo histórico que remonta à formação dos primeiros impérios da antiguidade. Contudo somente com a expansão marítima européia no século XVI pôde-se falar do surgimento de uma verdadeira economia mundial, que passou a vincular os vários "universos" econômicos regionais num mercado mundial que se consolidou no século XIX, sob a hegemonia da Inglaterra industrial-capitalista.

Até a Segunda Guerra Mundial, porém, os processos de produção tinham uma base essencialmente local ou nacional, utilizando, eventualmente, a importação de matérias-primas do Exterior. A partir de 1945, a humanidade assistiu a um forte processo de integração dos sistemas produtivos mundiais. No Ocidente, as empresas multinacionais articularam um sistema complexo de produção desde diferentes pontos do globo, ree realizaram um gigantesco movimento de capital a nível internacional e expandiram drasticamente os serviços e o mercado de capitais e financeiro. Na Europa, o Mercado Comum Europeu começou a se articular comercialmente e, depois, agrícola e industrialmente, caminhando para uma integração de serviços, monetária e financeira sob a égide do eurodólar, que só começou a ser questionado na década de 80 pela ascensão do marco e das demais moedas européias e pela emergência de uma unidade monetária continental, o Ecu.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão articulou uma parte da economia asiática em torno da exportação para os Estados Unidos e, na medida em que manipulava enormes excedentes monetários em dólar, começou a converter-se também num poder financeiro em expansão, particularmente na década de 80. A Europa do Leste, separada durante anos pela guerra fria, terminou se reintegrando

progressivamente na economia ocidental, particularmente na européia. Isso ocorreu depois de um importante processo de integração, em geral forçado por uma situação geopolítica, hoje superada, das economias socialistas da região sob a bandeira do COMECON.

Todas as regiões do mundo contemporâneo passam por processos de integração, em maior ou menor escala, entre seus componentes e com outras regiões do Mundo. Os Estados Unidos e a Europa continuam a ser o centro dessa economia mundial supra-regional. São eles que articulam esse gigantesco conjunto planetário. Mas a União Soviética e o Japão saem de seus limites regionais para se integrarem também a essa nova realidade a partir da década de 60.

Todos esses processos sofreram, contudo, uma forte limitação na década de 80. Depois de 15 anos de crise econômica, iniciada em 1967 (na qual prevaleceram os anos de recessão sobre o crescimento), experimentou-se um auge econômico relativamente sustentado entre 1983 e 1987, o qual, como se viu, se apoiou na recuperação da economia norte-americana, às custas de um gigantesco déficit orçamentário e de outros fortes desequilíbrios. Independentemente desse fato, essa recuperação, depois de anos de crise, incorporou novas tecnologias que estiveram se desenvolvendo naquele período, com o objetivo de reestruturar a economia mundial em novas bases. A luta pela competitividade internacional assume, assim, uma forma dramática. Novas fusões entre empresas (que buscam operar em escala mundial) e o início de formas de colaboração e acordos de ação comum entre empresas superam os antigos cartéis através de novas formas de cooperação tecno-científicas. A operação com os mercados monetários em escala mundial, iniciada na década de 70, com o aparecimento da serpente monetária, aumenta as disponibilidades financeiras das empresas e sua intervenção no mercado financeiro, que sofre mudanças radicais. Eleva-se o volume de operações financeiras a nível mundial, unificando, em segundos, os mais diversos mercados locais.

Tudo isso se apóia, é claro, numa nova tecnologia de comunicação, que permite uma instantaneidade quase absoluta entre todos os países do Mundo. A conquista do espaço pela Humanidade tornou a Terra um planeta integrado e intercomunicado imediatamente. A microcomputação ocasionou o salto que representa a robotização, que permitiu elevar fortemente a automação da produção, dos escritórios e de outros serviços.

Dessa forma, aquele conjunto de mudanças que vinha se operando no Pós-Guerra, a partir da revolução tecno-científica, deu um salto de qualidade na década de 80, sob o impacto de uma tentativa de crescimento intenso, à base de inovações revolucionárias, e da difusão das novas tecnologias.

De repente, todo o aparelho institucional das relações internacionais ficou estreito e converteu-se numa camisa-de-força para os novos níveis de integração mundial. Nas fases de depressão, a crise desses aparelhos institucionais aparecia sob a forma de sua obsolescência. Na tentativa de recuperação, sua crise aparece sob a forma de limites drásticos a serem ultrapassados.

Esse conjunto de transformações das forças produtivas, das relações sociais de produção, dos sistemas institucionais e ideológicos assume a forma de um processo de globalização da economia mundial. Esse processo não pode ser enfocado do ponto de vista de uma nação ou mesmo de um conjunto de nações. A perspectiva das empresas multinacionais, mesmo com suas tentativas de globalização a nível "micro-econômico", não permite mais captar o conjunto desse processo.

A Terra carece de um processo de gestão planetária. Os organismos existentes, as Nações Unidas, a OCDE, o Grupo dos Sete, os organismos de integração regional, todos esses instrumentos se mostram insuficientes para gerir essas transformações globais — a divisão do Mundo em zonas econômicas isoladas e a sobrevivência de uma situação sócio-econômica e tecnológica superada. Os mercados locais e nacionais entram em crise sob a pressão de uma crescente competitividade internacional. As tentativas de protecionismo vêem-se ameaçadas pelo custo de subsidiar setores tecnologicamente obsoletos e pelo conseqüente imobilismo que provocam. Por outro lado, para alcançar uma maior competitividade, é impossível prescindir de uma forte ajuda estatal e de uma garantia de mercados. Em vez de colocar a questão em termos de protecionismo ou livre câmbio, caminha-se para formas diferenciadas — defensivas ou ofensivas — de protecionismo. O mercado mundial é cada vez mais formado por grandes acordos negociados entre agentes econômicos bem definidos: organismos multinacionais, Estados, empresas públicas e multinacionais e empresas nacionais. Todos esses agentes têm amplas estratégias de crescimento e negociam em função de seus interesses globais e a longo prazo. As rodadas do Acordo Geral de Comércio e Tarifa (GATT) são a expressão mais clara dessa nova forma de mercado mundial administrado.

A ciência econômica, antes de superar totalmente suas concepções idealistas sobre as relações de intercâmbio baseadas na idéia de um mercado livre, já se defronta com fenômenos de uma etapa mais elevada das relações monopólicas. Estas são novas formas de competição, não de um mercado livre, mas, sim, administrado. Na fase atual, a regulação dos mercados começa a escapar da mão das grandes empresas multinacionais e dos Estados nacionais para exigir formas de controle supranacionais, baseadas em amplos acordos, estratégias e planos de ação de conjuntos de Estados, de empresas e de instituições de pesquisa.

O mais importante está, contudo, por vir. Diante da dimensão alcançada pelos sistemas produtivos, de distribuição, financiamento e pesquisa e desenvolvimento, os quadros de cooperação, planejamento e regulamentação existentes mostram-se insuficientes. Faz-se necessário criar autoridades de planejamento, de pesquisa e desenvolvimento, de regulação monetária e financeira, de regulação de intercâmbio realmente mundiais. Isso significa três coisas:

- a) reafirmar o Grupo dos Sete como instância reguladora e coordenadora mundial provisória. Redistribuir o poder dentro dos organismos existentes (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, GATT, Nações Unidas, OCDE) entre Estados Unidos, Europa e Japão, produzindo-se novas relações entre as forças acima citadas. Incorporar, particularmente, a URSS nesse nível de decisão econômica. Contudo seu peso desestabilizará o sistema de regulação econômica e a política internacional existente e exigirá sua total reestruturação nos próximos 20 a 30 anos. A consolidação dessa instância dará origem a um período histórico de hegemonia compartilhada entre os Estados Unidos e os demais membros do Grupo dos Sete, transformados em Grupo dos Oito com a entrada da URSS;
- b) aumentar o poder de regulação desses organismos sobre cada economia nacional e sobre aspectos cada vez mais amplos do sistema mundial. Dentre eles, o ambiente aparece como um dos setores-chave para a sobrevivência da Humanidade. Isso se mostrou particularmente claro durante a realização da UNCED ou Rio-92. Porém essa cessão de soberanias nacionais às organizações internacionais não pode basear-se numa debi-

litação dos Estados nacionais, como se tende a pensar. Ao contrário, para assegurar a força dessas decisões planetárias, será necessário contar com Estados nacionais fortes e com economias poderosas e integradas a níveis local, nacional e regional, pois seria impossível acreditar na possibilidade de que superestruturas mundiais pudessem lidar com indivíduos e grupos isolados em todo o Planeta. Um tal sistema só será forte se se apoiar em poderes intermediários suficientemente soberanos e reais para poder transferir parte de sua soberania ao nível mundial. Na verdade, essa afirmação é também verdadeira para os níveis locais e sub-regionais. As economias nacionais avançadas têm que se respaldar cada vez mais em economias locais ou sub-regionais. Isso provoca, é claro, muitos entrecruzamentos entre Estados nacionais e coordenações de poderes locais. As coordenações entre as grandes metrópoles mundiais, as formações sub-regionais, como a coordenação das cidades do Mediterrâneo, a retomada do espaço econômico balcânico, a integração em torno do mar Báltico, etc., são fenômenos que se entrecruzam com outros ainda mais amplos, como a retomada da Grande China, a articulação da Sibéria com as duas Coreias, a recriação do espaço econômico do antigo império otomano, etc.;

- c) introduzir nos sistemas reguladores atuais o conjunto das nações do Planeta, incluindo os países socialistas (particularmente os ex-membros do CAMC) e os países do Terceiro Mundo (particularmente as potências intermediárias, como China, Índia, México, Brasil, Coreia e Turquia — a serem incorporadas no atual decênio —, Indonésia, Paquistão, Irã, Iraque, os países petrolíferos — em torno da OPEP — e outras forças emergentes nessa parte do Mundo, até agora excluídas da gestão da economia mundial).

Portanto, a forma imperialista da economia mundial, ainda presente na lei do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial capitalista, entra em grave e definitiva crise. Nos próximos decênios, essa forma econômica terá que ceder, pelo menos em parte, o seu lugar a uma nova visão global da gestão planetária, baseada na coexistência de regimes econômicos, sociais, políticos e, sobretudo, culturais diversos e até antagônicos.

Será cada vez mais difícil aos poderes mundiais se omitirem de enfrentar, planejada e articuladamente, os fenômenos do desarmamento mundial, da defesa do meio ambiente, da miséria e do subdesenvolvimento, que inviabilizam uma ordem mundial razoavelmente equilibrada e permanente.

Esse será o começo da construção consciente de uma civilização planetária, pluralista, racionalista, laica, democrática e profundamente humanista em sua ideologia. É impossível tentar isolar as novas exigências de uma gestão econômica mundial desses outros aspectos globais e civilizatórios.

Entre todos esses aspectos, ocupa uma posição especial a questão da paz mundial. Nela se encontra o fundamental de três elementos essenciais para dar o salto civilizatório que a evolução sócio-econômica atual exige:

- a revogação da ameaça do holocausto nuclear é uma necessidade prioritária da Humanidade. A sua resolução passa, contudo, por algum grau de estabelecimento de um poder semi-estatal mundial, por algum grau de cessão de soberania das potências nucleares ou em condições de sê-las a um ou mais órgãos controladores e reguladores desse fenômeno. A

tentativa atual de política de não-disseminação, na qual as potências nucleares proibem as demais de o serem, é, evidentemente, injusta e inaceitável;

- a necessidade de diminuir os custos da corrida nuclear e o peso de sua irracionalidade sobre o conjunto da vida social e cultural contemporânea é outra determinação irresistível. As vantagens adquiridas pelas economias não militarizadas transformaram-se numa ameaça à sobrevivência econômica das economias altamente militarizadas. Por outro lado, a pressão dos grandes problemas internacionais irresolutos que, ameaçam a sobrevivência civilizada da Humanidade, exige uma reorientação da utilização dos recursos militares para a solução dessas grandes chagas sociais;
- a persistência do segredo militar em termos de produção científica e do desenvolvimento tecnológico termina por criar uma ameaça ao conjunto da vida civilizada e sacrifica nitidamente o avanço da cooperação científica e tecnológica, cada vez mais necessária à solução dos problemas internacionais, à conquista espacial e à preparação da Humanidade para organizar a sua vida numa dimensão planetária.

A questão da paz mundial deixou de ser, portanto, uma aspiração, uma utopia de mentes mais avançadas para transformar-se numa necessidade permanente para garantir a sobrevivência da Humanidade e de cada uma de suas partes; junto à luta pela defesa e melhoria do ambiente terrestre, do combate à miséria, ao analfabetismo e a outras manifestações de uma ordem planetária anárquica, a luta pela paz impulsiona fortemente o mundo contemporâneo para a busca de uma forma de gestão planetária capaz de assegurar a sobrevivência da Humanidade e a passagem para uma nova etapa de seu relacionamento. Esses fatos determinaram muito claramente o fim da guerra fria.

Será possível resolver esses problemas ou a Humanidade sucumbirá diante deles? Segundo Marx, no prefácio da **Contribuição à Crítica da Economia Política**, "(...) o homem só se coloca os problemas que pode resolver". O equacionamento dessas grandes questões revela que a Humanidade necessita e busca os caminhos para resolvê-los. Isso dependerá, contudo, da superação de suas barreiras e limites atuais.

Entretanto, dialeticamente, são essas barreiras e limites que geram e organizam a vida social e econômica contemporânea. De alguma forma, pois, elas terão que se auto-reformar para abrir caminho às novas fases de desenvolvimento. É necessário, pois, estudar essas novas formas concretas de mediação entre o passado e o futuro; forças sócio-econômicas que encerram em seu seio esse sentido contraditório.

Regionalização: fragmentação e integração da economia mundial

A reestruturação da economia mundial basear-se-á na incorporação das novas tecnologias, cujas escalas de produção são cada vez mais de ordem planetária. Isso leva à necessidade de aumentar os espaços econômicos em que atuam as empresas: trata-se de garantir a existência de mercados planetários ou, pelo menos, regionais,

para tornar viável a operação das empresas de alta tecnologia e para introduzir as importantes inovações econômicas já em fase de incorporação à produção. Dessa forma, assiste-se a uma liquidação impiedosa dos mercados locais e sub-regionais dentro dos países e a uma tentativa de integração de mercados internacionais dentro dos espaços regionais delimitados por acordos entre Estados.

Essa tendência se torna ainda mais forte quando aumentam também os custos de pesquisa e desenvolvimento para a criação de novos produtos e processos de produção. Esses enormes investimentos exigem também a união das empresas e dos Estados nacionais para viabilizá-los.

Esse processo de regionalização tem, de início, dois lados complementares e contraditórios. Uma de suas faces é o liberalismo, a livre mobilidade dos fatores dentro da região em processo de integração. Outra de suas faces é a proteção das empresas e da produção dessa região contra a competição externa.

Contudo é fundamental lembrar que os processos de integração visam não somente à defesa dos interesses empresariais das zonas envolvidas, mas também incluem uma visão ofensiva. Trata-se de favorecer a concentração e a centralização econômica dentro de novos padrões tecnológicos capazes de garantir o aumento de produtividade, o rebaixamento de custos e, portanto, a competitividade dos produtos regionais no mercado mundial.

É por isso que o processo de integração, hoje em dia, se vê acompanhado de audazes medidas de cooperação tecno-científicas, que buscam aumentar o poder das empresas locais. Há, inclusive, um estímulo crescente à colaboração entre empresas, procurando definir um campo de pesquisa comum às distintas concorrentes. Essas propostas dirigidas pelos governos às empresas são, na verdade, uma tentativa de aumentar a cooperação entre as corporações multinacionais.

Essa cooperação vem se realizando entre empresas dos Estados Unidos e do Japão, na busca de uma integração da Bacia do Pacífico para uma estratégia comum de desenvolvimento e de luta concorrencial com o resto do Mundo, particularmente em relação à Europa. Esta, contudo, busca aumentar a cooperação entre as empresas da região e destas com os Estados Unidos e o Japão. Não se pode desprezar, também, o vasto campo de cooperação com a Europa do Leste, que, apesar da crise atual, encerra enormes perspectivas, na medida em que esses países estão buscando um caminho para sua incorporação na economia mundial, que começa, evidentemente, pela porta de seus países vizinhos europeus, particularmente a Alemanha.

As perspectivas da unificação européia tornaram-se mais evidentes quando Jacques Delors anunciou, em nome da CEE, a decisão de estabelecer o ano de 1992 como a meta a ser alcançada para a unificação da Europa. Depois de anos de impasse e negociações com a Alemanha, a França deu o sinal verde para a integração. Tratava-se de superar duas barreiras interdependentes: o medo da hegemonia alemã sobre uma Europa unificada e as concepções atlantistas da centro-esquerda francesa, determinadas, em grande parte, pelo medo de que uma política européia terminasse servindo aos interesses alemães. Dois fatos romperam essas apreensões — a competição japonesa (aliada aos Estados Unidos) e as pretensões imperiais de Reagan.

A Alemanha, pelo seu lado, viu-se na necessidade de superar sua dependência para com as exportações superavitárias aos Estados Unidos. Essas exportações resultaram na acumulação de enormes excedentes em dólares, quando essa moeda se desvalorizou, atingindo imediatamente as reservas monetárias e os títulos da dívida

pública norte-americana de que se locupletaram os investidores e o Estado alemães. Estes não têm, contudo, outra alternativa para aplicar esses excedentes, a não ser que os utilizem para inversões nas áreas sob influência da moeda norte-americana, como a América Latina.

O anúncio da integração europeia provocou um movimento no sentido de novas integrações ou mercados regionais.

Os Estados Unidos reencontraram sua vocação pan-americana como base para a integração de um forte mercado regional. Esse país iniciou esse movimento propondo a extensão de suas fronteiras, através de um mercado comum norte-americano que incluirá o Canadá e o México. Essa proposta teve a mais entusiasta reação de seus vizinhos, e parece pouco viável retroceder nesse processo que significa a abertura do enorme mercado dos Estados Unidos para seus vizinhos.

Esse movimento se completou com a formulação da Iniciativa Bush de um mercado comum de toda a América, idéia que contou com a imediata adesão de todo o continente desde que sejam asseguradas duas salvaguardas. A primeira delas é a possibilidade de uma integração paralela da América Latina, à qual os Estados Unidos não pode mais se opor. A segunda é a aceitação concomitante de integrações sub-regionais, tais como o MERCOSUL, o Pacto Andino e a Integração Centro-Americana, que se somam à iniciativa norte-americana para o Caribe, cobrindo, assim, o continente de várias articulações menores, que terminam por viabilizar a integração mais global.

Ao mesmo tempo, reforçou-se uma articulação quase espontânea da Bacia do Pacífico entre o Japão e os países sob a sua área de influência econômica e o oeste dos Estados Unidos. Contudo o Conselho do Sudoeste asiático e a SEAN atuam na direção de um fortalecimento das relações do Pacífico, em parte sob a hegemonia norte-americana, em parte sob uma nova ótica asiática em desenvolvimento, que tem o Japão como seu novo centro econômico. É particularmente interessante, nesse sentido, a retomada do grande círculo chinês (China Continental, Taiwan, Hong-Kong, Cingapura, Macau): a articulação das duas Coreias com a Sibéria e a Rússia Asiática; a reconstrução do Vietnã, do Laos e do Camboja, tudo isso tendo como centro a economia japonesa.

Observa-se que a hegemonia mundial dos Estados Unidos tende a reduzir-se. De um lado, esse país vê-se obrigado a **compartilhar** sua hegemonia com a Europa, o Japão e a URSS, perdendo, assim, a condição de única potência hegemônica do Pós-Guerra e restando-lhe apenas a liderança do Grupo dos Sete. Por outro lado, os Estados Unidos encontram-se cada vez mais relegados à condição de uma potência regional, com a sua área de influência mais ou menos delimitada. A integração europeia, incluindo a Rússia e a formação da "Casa Europeia", projeta-se para o Mediterrâneo e a África, particularmente o norte, onde as tentativas de integração regional, como a do Maghreb, fortalecem esses laços pró-europeus. O mesmo ocorre com a cooperação entre os países do Golfo Pérsico, que, de uma forma ou de outra, têm que se articular com o grande mercado petrolífero europeu, apesar da importância do Japão como consumidor de petróleo.

De um ponto de vista geopolítico mais global, a Guerra do Golfo representou uma tentativa norte-americana de conter essa tendência à integração entre o Oriente Médio, a URSS e a Europa. A longo prazo, a espetacular vitória norte-americana sobre o Iraque deverá representar o último ato da decadência militar norte-americana. Isso por três razões:

- os Estados Unidos mostraram sua impossibilidade financeira de realizar uma guerra moderna ao ter que basear o financiamento da Guerra do Golfo nos recursos da Arábia Saudita, do Kuwait, do Japão e da Alemanha. Situação irrepetível, a não ser que as forças armadas norte-americanas se transformassem definitivamente num exército mercenário (para seu supremo escárnio e decadência);
- a guerra moderna, apesar de sua precisão de artilharia, não pode evitar uma situação próxima ao genocídio. Esse fato limitou o poder ofensivo norte-americano, que, ademais, tinha que manter as forças armadas iraquianas como fator de equilíbrio militar na região. Isso impossibilitou alcançar o declarado objetivo de derrubar Saddam Hussein e destruir totalmente seu poder pessoal. Apesar do seu alto custo, essa guerra se revelou ineficaz e submetida às leis da política global, que escapam ao controle norte-americano;
- ao não alcançar seus objetivos e ao revelar limitações tão drásticas, a Guerra do Golfo só fez aumentar a vontade antiimperialista da região e debilitar as monarquias pró-norte-americanas, anunciando um novo período histórico em que a unidade dos países islâmicos se sobrepõe à unidade árabe e produz uma nova situação geopolítica, na qual as iniciativas regionais e da OPEP serão cada vez mais decisivas. Nunca se deve esquecer a inevitável debilitação histórica de Israel frente a um mundo muçulmano em ascensão econômica, populacional e militar. Não devemos olvidar as ramificações dessa força religiosa sobre a antiga URSS, a Índia, a Indonésia, a Turquia e outras regiões-chave do globo. O entreguismo muçulmano acordado pela Guerra do Golfo será seguramente um dos elementos geopolíticos chave nas próximas décadas, com importantes projeções econômicas hoje inesperadas. É absurdo analisar uma corrente civilizatória tão significativa com preconceitos históricos que tentam caracterizá-la como atrasada, sectária, fanática, etc. O eurocentrismo latente nessas manifestações culturais já não tem nenhuma legitimidade científica e cultural.

Por outro lado, a América Latina busca um espaço de autonomia ou uma menor dependência dos Estados Unidos e visualiza sempre a possibilidade de utilizar o "guarda-chuva" das antigas metrópoles européias hoje em recuperação. A ALADI, a criação do MERCOSUL e do Pacto Amazônico, a recomposição do mercado centro-americano e do Bloco Andino contam com apoio intelectual do SELA e da CEPAL, com o apoio político da Reunião de Cúpula dos Presidentes Ibero-Americanos e com o apoio técnico e diplomático de várias instituições regionais e sub-regionais. O crescimento das exportações para os Estados Unidos, desde 1983, fez retroceder essas tendências à diversificação comercial e ao maior comércio intra-regional. É claro que, diante da recessão de 1990-91, volta a colocar-se a importância dos mercados regionais.

Pode-se esperar, contudo, que a política européia de integração aumente as possibilidades de negociação da América Latina, na medida em que esta intensifique também sua integração própria e aumente sua capacidade de negociação com o Exterior. De qualquer forma, a integração da América Latina depende de um aumento da sua competitividade internacional, que lhe permita liberar-se do relacionamento unilateral com os Estados Unidos e amplie suas áreas de decisão autônoma e sua capacidade de implementar políticas de desenvolvimento para integrar sua população ao sistema produtivo moderno.

É inegável, contudo, que os processos de integração regional tendem a sobrepor-se, na atual conjuntura, a outros pólos que foram fundamentais na etapa do Pós-Guerra: a contradição Leste-Oeste, ou entre o modo de produção capitalista

e as formações sociais em transição para o socialismo, e a oposição Norte-Sul, que diferenciava e punha em choque os países industrializados e dominantes na economia mundial e as nações subdesenvolvidas e dependentes.

Dentro do grupo dos países subdesenvolvidos e dependentes, surgiram nações de desenvolvimento médio que viram a possibilidade de desenvolver a sua indústria para seu mercado interno (sempre limitado pela ausência de reformas sociais profundas, capazes de ampliar o bem-estar social pela via da distribuição da renda e do aumento das oportunidades de trabalho através de inversões básicas em educação, saúde, alimentação e habitação) e, diante das limitações deste, de se voltarem para os mercados das economias centrais e dominantes. Estas, diante das mudanças tecnológicas produzidas por sua especialização crescente nas atividades de ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e informação e gestão, tendem — como se viu — a repassar para o Exterior a produção industrial que se torna obsoleta e poluidora.

Dessa forma, está-se diante de uma reordenação internacional que dependerá das soluções internas que cada um desses países dará ao seu modelo de desenvolvimento e à sua capacidade de articular-se com seus vizinhos e de gerar processos de integração regionais que possam ser novos pólos de crescimento e poder na economia mundial.

Essa questão tem estreita relação com os fatores subjetivos, sobretudo políticos e culturais. O espírito de Bandung, por exemplo, permitiu aos povos do Sul revalorizarem seu peso civilizatório e cultural no Mundo. Esse reexame demonstrou seu poder estimulador e mobilizador ao completar o processo de libertação colonial; ao gerar mecanismos de coordenação política e diplomática, como o Movimento dos Não-Alinhados; ao criar instituições de ação econômica estratégica, como o Grupo dos 24, o Grupo dos 77 e a UNCTAD; ao formular a proposta de uma nova ordem econômica e de uma nova ordem informativa mundial.

O projeto dos NICs é, contudo, uma alternativa a essas propostas mais globais e libertárias. Em vez de ver o Terceiro Mundo como um pólo civilizatório, econômico e de poder, ele afirma a necessidade de se submeter ao projeto civilizatório eurocêntrico e de se orientar para retirar o máximo de proveito de sua filiação aos centros de poder mundial. Seus supervalorizados êxitos imediatos, apesar de pálidos, se vistos de uma perspectiva histórica, parecem, entretanto, justificar sua opção. Tal perspectiva parecia particularmente válida entre 1983 e 1988, quando a política dos déficits públicos e da balança de pagamentos norte-americana lançou sobre o Mundo uma demanda agregada que estimulou a exportação de todos os países para os Estados Unidos, provocando um novo auge extremamente desequilibrado do comércio mundial.

É claro, porém, que os NICs, apesar das atenções que despertaram nos últimos anos, não dispõem de poder para tentar influir seriamente na economia e na política mundiais. Têm muito mais peso aqueles países que mantêm algum grau de autonomia de decisões ou de poder próprio, ainda que modesto.

Não há dúvida de que países como a China e a Índia têm muito mais peso na estrutura de poder mundial que as nações de grande avanço industrial, mas dependentes de exportações, como Brasil, México e Argentina. O próprio Irã, apesar de todos os ataques que sofre no Ocidente, gerou algum poder de negociação, obtido às vezes através de métodos inusitados e gerulacionalmente perigosos.

Os países petroleiros, principalmente os árabes, em torno da OPEP, geraram, na década de 70, um pólo importante de poder no Terceiro Mundo e na economia

mundial. A união do poder econômico do petróleo com as tradições de uma civilização milenar que demonstrou um poder criativo excepcional — detido no século passado por fatores externos à sua evolução — parece representar um fato muito decisivo da economia e da política mundial. A teimosa tentativa do Ocidente de ignorar essa força e de reprimi-la não poderá deter sua ressurreição em bases modernas. Qualquer análise da realidade mundial que ignore esse poderoso aglutinador de forças em torno da tradição árabe, da religião muçulmana ou das reminiscências do Império Otomano está fadada ao fracasso.

Vê-se, assim, que a economia mundial sofre o impacto de um processo de reestruturação sem que se desenhe nitidamente um poder hegemônico central capaz de aglutinar as forças sócio-econômicas, políticas e culturais que emergem das convulsões de uma crise da hegemonia norte-americana, do sistema bipolar e da guerra fria, durante a qual o poder soviético se sobressaiu também como um poder regional, mas com repercussões ideológicas mundiais.

Na fase atual, os Estados Unidos lutam por assegurar seu poder nas Américas do Norte e Central e no Pacífico. Enquanto perdem sua condição de líder da economia mundial capitalista, a União Soviética aparece como poder militar e econômico internacional. A idéia de um mundo bipolar foi seguramente uma ilusão de ótica gerada pelo pensamento conservador. A União Soviética surgiu após a Segunda Guerra Mundial como um importante poder militar criado sobre o vazio de uma Europa derrotada. Contudo a URSS não possuía a bomba atômica (sob controle inglês e norte-americano) e era a região do globo mais devastada (o verdadeiro cenário da Segunda Guerra Mundial) física e humanamente. Somente nos anos 50, a URSS conseguiu recuperar-se dessa destruição e começou a ter algum peso tecnológico e militar, através da sua conversão em potência nuclear e em vanguarda da pesquisa espacial.

A partir do final da década de 60, a URSS alcançou o equilíbrio militar com os Estados Unidos, gerando uma histeria anti-soviética e anticomunista, que chegou ao seu auge no Governo Reagan, em 1980. Contudo o custo econômico e social desse equilíbrio militar não demorou a apresentar-se, levando a uma revisão total e profunda dessa estratégia global ofensiva. Os crescimentos tecnológico e econômico do Japão e da Alemanha, liberados dos gastos de pesquisa militar e de ponta, mostraram à URSS os perigos de uma tentativa de competir com os Estados Unidos numa corrida militar suicida. A URSS assumiu sua dimensão econômica regional buscando integrar-se à Europa unificada, abandonou a perspectiva de uma competição militar desastrosa, assumindo corajosamente o ônus de um desarmamento unilateral que debilitou definitivamente os conservadores e "falcões" norte-americanos e logrou romper definitivamente o bloqueio internacional sobre a sua economia (ao custo de uma desintegração econômica que afetou drasticamente seu sistema de regulação econômica e sua posição na divisão internacional do trabalho — principalmente suas relações com a Europa Oriental e outros países associados ao COMECON). Assim, apesar das graves seqüelas dessa corajosa política (anarquia de produção, desarticulação dos mecanismos de gestão econômica, desintegração da URSS, vazio de poder), ela permitirá, a médio prazo, uma reemergência histórica da URSS (com o nome que se lhe dê) como potência econômica e tecnológica mundial. O que não é certo, porém, é que isso se realize no quadro da democracia e da justiça social, sob forte ameaça nesse imenso território. Garantir as conquistas democráticas dos países que compunham a antiga URSS exige sua rápida integração na comunidade de nações do mundo contemporâneo, sem as limitações e imposições que o Grupo dos Sete, o FMI e o Banco Mundial

tentam fazer, sem entender que não possuem a força e a energia para realizar. Ao lado dessa despolarização Estados Unidos-URSS, surgem — ou ressurgem — novas potências regionais com poderes de repercussão mundial. A Europa e o Japão são dois pólos suficientemente fortes para exigirem uma reordenação do poder mundial a seu favor. O Japão e a Alemanha não podem continuar excluídos do Conselho de Segurança da ONU e das decisões estratégicas fundamentais do mundo contemporâneo.

A recuperação do poder aglutinador da China, depois de uma luta de décadas para integrar, recuperar e modernizar sua economia, será outro fator decisivo na economia mundial, nas próximas décadas. A integração da Índia em torno de um projeto tecno-científico e militar será um quinto fator decisivo da reordenação mundial. As potências médias asiáticas, como a Coréia do Sul, a Indonésia e as Filipinas, são objeto de convulsões profundas, que deverão fazê-las se reerguerem em bases mais autônomas.

A decadência de antigas potências como a Inglaterra e a reemergência da Itália provocarão novos impactos econômicos, políticos e ideológicos. A colaboração e a integração do mundo árabe e muçulmano e o reconhecimento do poder de zonas historicamente chaves, como a Turquia e o Egito, serão fenômenos inevitáveis de uma nova estrutura de poder mundial. A possibilidade de uma política latino-americana mais ativa é, pois, evidente nesse contexto internacional, onde as mudanças sociais, econômicas, políticas e diplomáticas ocorrem em tempo tão curto.

A atual conjuntura indica dois movimentos aparentemente opostos, mas interdependentes: o processo de globalização da economia mundial, que une todas as nações e regiões dentro de um movimento único que integra o conjunto da Humanidade numa civilização planetária, na qual as necessidades do Planeta se sobrepõem às lógicas particulares; mas, ao mesmo tempo, para situar-se nesse mundo global, as nações, assim como as regiões e os diferentes agentes sociais, vêm-se obrigadas a se fortalecer localmente para competir nessa economia mundial.

A América Latina está vivendo intensamente essa situação. Ligados historicamente às potências coloniais ibéricas, seus Estados nacionais não conseguiram gerar uma força autônoma de crescimento ao estabelecer as suas independências nacionais. A região caiu então sob o domínio da economia inglesa, cuja expansão industrial conduziu a América Latina a uma nova etapa de fragmentação em zonas de exportação precariamente articuladas com economias externas locais. A dominação norte-americana, com a ideologia da Doutrina Monroe, veio reforçar essa tendência ao fracionamento regional, impedindo a unificação em torno da concepção bolivariana de uma América Latina unificada. Pelo contrário, nos séculos XIX e XX, prevaleceram as exigências da integração nacional, muitas vezes forçada e contra a natureza das relações regionais complementares entre si.

No limiar de uma nova era das relações internacionais, em que as várias regiões, nações, classes e grupos sociais se preparam para enfrentar um novo mundo, a América Latina sofre o peso dessa balcanização e não consegue estabelecer uma estratégia regional. Essa estratégia teria que reconhecer a necessidade de dividir o subcontinente em quatro zonas estratégicas:

- a Centro-Americana e Caribenha, ligada muito fortemente ao México, à qual cabe explorar sua condição de intermediária entre o Atlântico e o Pacífico, entre a América do Norte e a do Sul;
- a Zona Andina, com sua experiência histórica e cultural comum, capaz de definir um modelo sub-regional extremamente coerente;
- o Cone Sul, integrado historicamente num projeto comum de industrialização, modernização e forte presença européia;

- a Floresta Amazônica, com um mundo de possibilidades naturais e energéticas e de produtos novos de imensa riqueza.

Ter-se-ia que reconhecer, também, a importância de uma liderança política continental em torno de um projeto comum de desenvolvimento que aumentasse substancialmente o poder de negociação da região diante do capital internacional e dos centros de poder mundial.

É necessário ressaltar o papel especial do Brasil nesse projeto. Além de poder desempenhar, com sua indústria pesada, um papel fundamental na integração do continente, este país tem uma forte vocação atlântica e de aproximação da África. Isso poderia criar uma frente de interesses comuns ainda mais ampla e de maior peso mundial.

Uma América Latina assim integrada infundiria um enorme respeito no mundo contemporâneo e teria um poder de negociação multidirecionado:

- em relação aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão e ao Grupo dos Sete como conjunto, impondo uma participação mais importante nos foros internacionais, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI, o GATT, entre outros;
- em relação ao campo socialista, cuja crise facilita a ação latino-americana, com cujos países poderá abrir um processo de colaboração muito mais intenso que os primeiros passos de intercâmbio iniciados na década de 70. As indústrias médias da região latino-americana poderiam ser extremamente úteis à ex-URSS e a outros países do campo socialista que têm enormes deficiências em indústrias de consumo. Ao mesmo tempo, países como Brasil, México, Colômbia e Venezuela poderiam absorver os avanços científicos e de alta tecnologia da ex-URSS;
- desempenhando um papel de maior peso nos foros do Terceiro Mundo, particularmente no Movimento dos Não-Alinhados, na UNCTAD e em outros. Isso permitiria forjar, junto com a China, a Índia, os países petrolíferos do Golfo Pérsico e outras potências do Terceiro Mundo, uma política comum de afirmação do Sul na redefinição das estratégias de desenvolvimento mundial. Isso ficou extremamente claro na UNCED ou Rio-92.

Pareceria utópico colocar essas propostas num momento em que o continente passa por uma de suas mais graves depressões econômicas e por um esvaziamento cultural e político. Contudo são situações como essas que mostram os limites de um modelo econômico e uma estratégia equivocada, como aquelas conduzidas por lideranças oligárquicas, de pretensões modernizadoras, mas essencialmente provincianas, subalternas e subservientes, mais interessadas em desfrutar seus poderes locais, suas relações com os centros de poder mundiais do que em elevar os seus povos a um novo patamar social, cultural e moral.

É, pois, alentador pensar que a América Latina tem um enorme campo para sua unificação econômica, política e cultural e que poderá estar à altura dos processos de globalização e regionalização da economia mundial ora em curso.